

Outras Vozes



WLSA Moçambique

Women and Law in Southern Africa

Número 23

Maputo, Maio de 2008

Editorial

Continuando a luta



VEJA NESTE NÚMERO...

✿
**Identidades de género e
vida sexual**

✿
**Opinião - Persistência da
desigualdade**

✿
**Promoção da igualdade
de género nas novas
modalidades de ajuda**

✿
**Denúncia urgente:
Homicídio impune na
Manhiça**

✿
**Apresentando a
Associação das Viúvas e
Mães Solteiras (AVIMAS)**

A campanha pela aprovação da proposta de lei contra a violência doméstica continua a dominar a agenda das organizações de luta pelos direitos humanos das mulheres. Depois da reunião com o Gabinete da Mulher Parlamentar, realizada no final do ano passado e reportada no boletim anterior, os contactos foram retomados num encontro facilitado pela Sra. Graça Machel e a FDC, cujo objectivo era de encontrar plataformas comuns para o prosseguimento do trabalho.

Entretanto, o Movimento Pela Aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica continuou com acções com vista à divulgação da proposta de lei, tendo nomeadamente publicado várias matérias num jornal de circulação nacional, uma parte das quais reproduzimos nesta edição. Por outro lado, tem estado a ser distribuídos materiais diversos em acções de rua e multiplicaram-se os encontros de divulgação e de sensibilização para a necessidade intervir a fim de minimizar o problema da violência doméstica contra as mulheres.

Todavia, todos estes esforços não são ainda suficientes para mobilizar as atenções públicas, para além de que se tem assistido a campanhas de desinformação que manipulam os dados relativos às denúncias nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança nas esquadras de polícia, visando passar a ideia de que actualmente as mulheres também começaram a agredir os seus parceiros íntimos, quase com a mesma intensidade. Já tivemos ocasião de comentar este tipo de manobras em comunicados públicos reproduzidos também neste boletim, mas repisamos que a maioria dos homens que recorrem aos Gabinetes não são vítimas de violência, mas vão em busca de apoio para que as mulheres voltem para casa, por exemplo. Pegar nos números em bruto, sem analisar os contextos e o conteúdo da denúncia indicia, no mínimo, intenção de fraude.

É de informar igualmente que depois das revelações contra a postura ética e moral do Sr. João Cândido Candiane, efectuamos contactos vários, mas até à data do fecho desta edição nenhum desenvolvimento tinha havido em relação à questão.

Neste boletim começamos a apresentação dos resultados de uma pesquisa sobre género e sexualidade, conduzida pela WLSA Moçambique, entre jovens estudantes do ensino secundário. Chamamos também à atenção para a denúncia do assassinato de uma mulher pelo seu parceiro, que até ao momento se encontra impune.

Como sempre, aguardamos as vossas contribuições e críticas, que são muito importantes para que possamos melhorar o nosso trabalho.

A editora
Maria José Arthur

Identidades de género e vida sexual¹

Conceição Osório e Teresa Cruz e Silva

Durante dois anos foi realizada uma pesquisa na cidade e província de Maputo, e nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, e que teve como objectivo central pôr em evidência os processos e os mecanismos que orientam a construção das identidades sociais de jovens em contexto escolar, nomeadamente a construção dos sistemas de diferenciação do feminino e do masculino.

Neste artigo pretende-se apenas desenvolver uma primeira reflexão sobre a maneira como a informação sobre sexualidade é apropriada, o que revela uma estrutura de poder assente nas desigualdades de género. A análise das representações sobre a vida sexual no que respeita à informação, remete-nos directa e “brutalmente” para a “utilização” do corpo (nosso e dos outros) e permite destacar a articulação entre identidades de género e identidades sexuais.

Portanto, a questão inicial que se coloca na análise da vida sexual das/dos jovens é a relação entre a informação obtida nos vários espaços e a sua apropriação pelas e pelos jovens: como é que se combinam e/ou conflituam e sobrepõem a diversidade de influências da(s) socialização(ões), permitindo a emergência de novas representações e práticas? Significa que queremos perceber:

1. Em primeiro lugar, como se entrecruzam, continuam e descontinuem as normas e as pautas de conduta contidas nos processos de socialização, de modo a compor ou construir as identidades sexuais femininas e masculinas.
2. Em segundo lugar, queremos entender como as/os jovens utilizam e comunicam nos seus discursos essas normas ou elaboram outras, para romper, integrar e ajustar as suas verdades.
3. Finalmente, é também igualmente importante saber como se realizam em diferentes contextos as aprendizagens da dominação masculina, quais as suas dimensões mais expressivas, e como elas podem ser objecto de ocultação (ou não) e de desestruturação.

Se tivermos em conta a informação produzida na escola verificamos duas situações. A primeira é que a aprendizagem da sexualidade se restringe à reprodução, não se articulando direitos com mecanismos biológicos, o que a desumaniza e a afasta do campo das experiências vividas pelas e pelos jovens. Ao pôr a questão longe das experiências das/dos jovens, o discurso educativo da reprodução moraliza a relação sexual, considerando-a só sendo desejável e legítima entre adultos. Portanto, não só a informação é insuficiente, mas é propositadamente insuficiente, sendo condicionada por padrões normativos que procuram fazer passar um modelo de comportamento sexual fundado nos atributos de género. Isto significa,

no que concerne as raparigas, que a ignorância é simultaneamente uma virtude e uma forma de conhecimento que estrutura a construção do feminino.

Uma segunda situação e que entra de certo modo em conflito com o que acabamos de referir, é que a informação sobre HIV/SIDA é hoje largamente propagada, fazendo parte quase obrigatória do discurso social, pois o conhecimento sobre a doença constitui um elemento de inclusão social. A escola como espaço moderno tem um papel importante na transmissão deste conhecimento. Mas como fazê-lo sem pôr em causa as marcas de género? Este é um dilema, que embora dependente de contextos sociais (rurais/urbano), é resolvido com a acentuação na prevenção, o que poderia fazer antecipar o surgimento de conflitos entre valores familiares e escolares. No entanto, o que se verifica é que o regime de interdições que penaliza as relações sexuais das jovens é reforçado na escola por um discurso burocrático de prevenção assente basicamente na abstinência. É interessante constatar que, mesmo quando se fala em preservativo, não se tem em conta que estamos perante jovens que têm uma vida sexual activa e que as relações sexuais são estruturadas pelo poder de género. Procurando preservar os atributos conferidos a mulheres e homens através da elaboração de um discurso de “faz de conta”, que faz passar a ideia de que o sexo é estranho às e aos jovens e que a vida sexual ainda não foi iniciada, a escola não tem um papel activo na construção de novas práticas.

No que se refere ao conhecimento transmitido aos jovens constataram-se duas situações:

- Uma é a impossibilidade de controlo sobre a informação que as/os jovens vão recebendo (e também sobre os processos e mecanismos de interacção nos grupos de pares), o que conduz à produção e propagação de rumores, principalmente em contextos em que a vigilância social é sujeita à ameaça difusa que novas dinâmicas comportam. É o caso de duas histórias que correm as escolas de capital de Cabo Delgado: uma sobre um eventual campeonato de sexo, que se realizaria numa casa, com um júri que controlava o desempenho sexual dos jovens. Uma outra história, que de tão espalhada e reconstruída (com indicação de nomes e lugares) se torna “verdadeira”, descreve a descoberta de um filme pornográfico em que a protagonista era uma jovem aluna. Quando quisemos aprofundar o assunto, toda a gente mostrou estar a par (comungando da mesma repugnância), mas foi completamente impossível saber até que ponto isto aconteceu, ou se foi apenas um mecanismo de recomposição e de restabelecimento da coesão social.



- A outra é que a necessidade e a existência de controlo da informação sobre sexualidade, expressa, por exemplo, no discurso moralista e hipócrita de que “mais informação, mais promiscuidade”, tem como ideologia subjacente a negação de direitos das/dos jovens. Quer dizer que estes recebem uma informação filtrada em função de um modelo educativo que não ajuda a pensar e a agir e que não confere às raparigas e rapazes a possibilidade de serem sujeitos de direitos. Isto é tanto mais claro, quanto se constata que é quase nula a participação das/dos jovens na definição de políticas que protejam os seus direitos. Ou seja, as/os jovens são o grupo alvo do discurso político, mas não são convocados a construir esse discurso, o que se reflecte na forma como se tem pensado e promovido o activismo juvenil em Moçambique. É o que se verifica, por exemplo, na informação sobre contracepção em que o facto de predominar uma concepção de planeamento familiar entre adultos, não tomando em atenção as particularidades da contracepção juvenil, leva a que raparigas e rapazes não se reconheçam no discurso institucional. Esta é uma das razões que explicam que, embora de forma geral todas e todos os jovens identifiquem um ou mais que um dos métodos mais comuns, existe muita ignorância sobre as condições em que devem ser utilizados: por exemplo, há jovens raparigas que afirmam orientarem-se pelo calendário do ciclo menstrual, mas quando tentam explicar fazem-no de forma incorrecta. Outras há que dizem que os comprimidos anticonceptivos podem “estragar o útero”.

Relativamente à utilização do preservativo foram evidenciadas três tendências, tanto nos discursos de rapazes como de raparigas: a primeira expressa pela maioria do grupo alvo, é caracterizada pelo “conhecer e não usar”, a segunda é representada por um pequeno grupo que diz usar em todas as circunstâncias e a terceira é exposta por pouco menos de metade dos entrevistados, que afirmam utilizar o preservativo ocasionalmente². As diferenciações de posições podem ser explicadas pela maior ou menor exposição à informação veiculada pelos *media* e por associações

juvenis, que levam à produção de dois tipos de discurso, um mais ou menos condicionado pelo politicamente correcto e outro que explica o uso do preservativo como resultado da promiscuidade feminina, tal como ficou evidenciado no seguinte testemunho:

- “O homem desconfia da mulher (...) porque uma mulher pode num dia ter cinco relações sexuais enquanto para o homem chega uma” (Leonardo 2).

Esta percepção de que as raparigas são agentes de propagação de doenças está associada, principalmente em Cabo Delgado, a acusações de feitiçaria:

- “Eu uso preservativo com as damas. (...) Essas mulheres são malucas (...) já estão grávidas, dizem basta ficares com elas. (...) Senão você não vai viver mais” (Victor 3)³.

A não utilização do preservativo, situação que é válida para zonas rurais e urbanas, traduz um acordo social com a inutilidade e irrelevância do preservativo como meio de ter sexo seguro. Os discursos dos jovens estão, pois, de acordo com o de outros grupos sociais e instâncias de socialização, que vivem numa ambiguidade entre a disseminação da utilização do preservativo e os valores sociais assentes na fidelidade, na abstenção e na associação, muitas vezes velada, entre promiscuidade e uso do preservativo.

As diferenças entre rapazes e raparigas situam-se ao nível da incapacidade das jovens de utilizarem a informação (independentemente da origem social e da idade) para imporem a mudança de comportamento, como nos afirmaram entrevistadas em Cabo Delgado:

- “Há certos rapazes que não querem. E há certos que ameaçam. Dizem vou-te espancar” (Dora 1).

Parece-nos, no entanto, que em certas ocasiões o discurso da falta de decisão encobre algumas vezes uma adesão expressa com representações sociais de relação sexual, com penetração e ejaculação:

- “Há outras que não aceitam, que não querem preservativo. (...) Dizem que têm bichinho. (...) Deixam ao sol, vê-se uns bichinhos ali” (Dora 1).

Para muitas jovens o uso do preservativo significa infidelidade por parte dos parceiros, desrespeito e a não assunção da relação sexual, como relação de compromisso (Silva et al. 2007; Casimiro et al., 2002).

Tal como outras pesquisas mostram (Silva et al., 2007; Casimiro et al., 2002), a utilização do preservativo é muito ocasional, isto é, embora alguns alunos entrevistados refiram o seu uso, apresentam uma série de argumentos para fazerem sexo não protegido: a fidelidade, o preservativo tem “bichinhos”, a falta de prazer (queremos “*nhama com nhama*”)⁴. No que se refere à questão sobre quem deve recair a decisão, embora haja alguns rapazes que consideram que devem ser as meninas a impor a utilização do preservativo (“porque nós homens estamos entusiasmados”, “porque elas é que ficam grávidas”), a maioria afirma que são os homens que devem (e podem) ter a iniciativa. É assim que, por exemplo, entre os jovens por nós entrevistados na província de Cabo Delgado, ainda não se naturalizou o uso do preservativo; alguns usam-no irregularmente, outros apenas em relações ocasionais. Comparativamente às outras unidades espaciais de estudo, os seus discursos indicam um maior relaxamento no uso do preservativo. A situação torna-se mais preocupante quando os discursos juvenis imputam a iniciativa da relação sexual e do uso do preservativo ao homem, e novamente, com maior incidência de respostas nas unidades espaciais de estudo em Cabo Delgado. Nesta província, onde as posições assumidas por muitos jovens estão carregadas de características que ilustram um processo de socializações marcado pela exteriorização de competências como o comando, reafirmando deste modo os efeitos da construção de um modelo de masculinidade dominante. Embora o nosso estudo não tivesse procurado informações que eventualmente nos ajudassem a compreender uma possível relação entre o não uso do preservativo pelos jovens e os preceitos do Islão, não podemos ignorar que o seu uso é considerado ilícito (*haram*) por algumas correntes do Islão, porque não previsto no Alcorão, do mesmo modo que o uso de outros meios de controlo da natalidade (Bonate, 2006). Não significa isto, entretanto, que não tenhamos encontrado algumas opiniões favoráveis a uma igualdade no poder de decisão sobre a iniciativa de uma relação sexual ou do uso do preservativo, e casos mais raros, que colocam nas mãos das raparigas a iniciativa de propor o uso do preservativo, para se protegerem contra uma eventual gravidez ou contaminação por uma ITS/SIDA.

Embora todas e todos reconheçam a importância do preservativo para a prevenção das doenças sexuais, o seu uso está, na maior parte dos casos, associado à prevenção da gravidez e apenas algumas vezes à protecção contra as ITS. Mas com excepção de um pequeno grupo de alunas na província de Maputo que associam o uso de preservativo à protecção, não existe uma relação entre direitos e sexualidade segura, nem

do ponto de vista do uso da capacidade de impor a utilização do preservativo, nem da realização da relação sexual:

- “Se você pede para usar o preservativo podem ver-te como vadia” (Alberta 4).

Outras jovens justificam a não utilização do preservativo com o desejo de engravidar, como nos disse uma jovem na província de Cabo Delgado:

- “Eu não quero o preservativo porque quero que você me engravide” (Felisberta 2).

Nesta ordem de ideias, há alguma ambivalência e subentendidos sobre a possibilidade de negar ou pedir sexo, ou seja, quase nenhuma das jovens, mesmo as que dizem exigir sempre o preservativo, se reconhecem com direito a negar ou a solicitar a relação sexual:

- “É feio para as meninas tomarem a iniciativa. (...)

Elas podem ter a iniciativa, o problema é que eles começam a pensar que és uma puta, que conquistas homens e os homens podem vir ter contigo só para aproveitar” (Berta 6). E ainda uma jovem na província de Maputo: “O que é bom é gostar e ser gostado. (...) Tá claro que se você não aceitar ele vai procurar outra, a mim não me interessa. Acabou” (Tâmara 2).

Media, erotismo/pornografia e comportamentos juvenis

A expansão dos modernos meios de comunicação social levanta inúmeras questões sobre o impacto que as telenovelas, a violência, as imagens eróticas, particularmente as imagens do corpo feminino exploradas pela publicidade, e a pornografia, podem exercer sobre o comportamento juvenil, sendo passível de gerar “comportamentos socialmente indesejados, como a busca do sexo pelo sexo, comportamentos sexistas e agressivos (...) e toda a gama de crimes sexuais” (Guerra, Andrade e Dias, 2004: 269).

Em Moçambique, os estudos sobre o impacto dos *media* na construção de identidades são praticamente inexistentes, sendo as percepções de educadores e do nosso grupo alvo, no que se refere aos seus impactos, filtradas pelos valores morais e pelas normas sociais em vigor. Deste modo, jovens, pais e professores, imputam frequentemente aos filmes (que por uma irrisória quantia podem ser vistos mesmo nos cantos mais recônditos do país), às telenovelas brasileiras grandemente difundidas em vários canais da televisão por todo o país, e em casos menos frequentes, às imagens eróticas e aos filmes pornográficos, a culpa pela má influência que exercem sobre o comportamento de seus filhos.

Em todas as unidades espaciais de estudo, constatámos que a maioria das/dos jovens vê programas televisivos e está a par dos acontecimentos mais recentes transmitidos pelas telenovelas brasileiras ou outros programas, nos canais da televisão moçambicana e dos países vizinhos (para os habitantes

das zonas fronteiriças). Mesmo assim, há a referir que em algumas zonas de Cabo Delgado e da Zambézia, há jovens cuja condição financeira não permite à família ter acesso à televisão, particularmente nas áreas rurais. As/os jovens, se por um lado discutem entre si os programas de televisão, particularmente as telenovelas e séries televisivas, por outro lado também imputam aos mesmos programas a responsabilidade por influenciá-los a iniciar mais cedo a vida sexual e nos modos de vestir. Os educadores, por sua vez, atribuem igualmente aos *media* a responsabilidade pelo comportamento das/dos suas/seus filhas/os: - “Por causa das novelas as nossas filhas provam sexo muito cedo em relação ao nosso tempo. Nós podemos não ensinar, mas elas sabem através das novelas (...) as novelas vieram liberalizar o sexo, hoje não há segredo em matéria de sexo. Às vezes eu me interrogo porque andar com a roupa, escondemos o quê? Se tudo anda exposto na rua, nos ecrãs de televisão”⁵.

Na primeira fase do nosso trabalho de campo realizado nos distritos urbanos da cidade de Maputo e na província da Zambézia, constatámos a existência de referências constantes ao impacto dos *media*, particularmente aos “efeitos nocivos” da pornografia no comportamento juvenil, razão porque tentámos aprofundar este tema nas unidades espaciais de estudo nas províncias de Maputo e Cabo Delgado, na segunda fase da pesquisa de campo, em 2007. Uma das questões com que nos deparámos relacionava-se com as diferentes percepções transmitidas nos discursos do nosso grupo-alvo e informadores chave sobre pornografia, para além da dificuldade de encontrar fronteiras entre erotismo e pornografia.

Tomamos como ponto de partida que o erotismo exprime as relações ambíguas entre a estética, o desejo e a sedução (Kaufmann, 2005) e a pornografia é “uma representação do comportamento erótico nos livros, imagens, filmes, etc., com a intenção de causar excitação sexual”⁶. Na visão de Giddens, mesmo sendo parcial, o sexo se pode transformar em mercadoria (Giddens, 1993). Nesta base, neste estudo tentámos uma aproximação à compreensão sobre a percepção das/dos jovens relativamente aos efeitos da exposição a este tipo de informação na sua socialização sexual e seu impacto na formação de atitudes positivas ou negativas. Sem que nos fosse possível tirar conclusões, mesmo preliminares, a partir dos dados obtidos durante o estudo, conseguimos encontrar alguns indicadores que apontam para as seguintes situações:

- As imagens eróticas de mulheres, impressas em papel ou em formato electrónico (passadas através da internet e telefones celulares), a pornografia em forma de imagens impressas, vídeos, ou difundidas em formato electrónico, são vistas por ambos os sexos, embora mais rapazes do que raparigas declarem o seu consumo. Nos dois casos, este tipo de informação é acedida sobretudo através de filmes com imagens de sexo heterossexual expresso, vistas em salas de vídeo ou em casa, com filmes alugados ou emprestados, na

ausência dos pais/encarregados de educação ou durante a noite depois que eles se retiram para descansar, e sem o seu conhecimento;

- As/os que declaram alguma vez terem consumido informação pornográfica/erótica, ou consideram isto normal, ou na maior parte dos casos apresentam inúmeras justificações e opiniões “moralistas” sobre o efeito nefasto da informação e a falta de conteúdo das suas mensagens;
- A terceira situação, relatada por rapazes, percebe o consumo deste material como: a) favorável à sua formação sexual: “ensina a beijar e a ter relações sexuais”; “ensina as diversas posições”, estimulando as melhores formas de obter prazer; b) moralmente prejudicial na relação homem/mulher, daí que, embora estimulando o desejo de novas experiências, estas devem ser realizadas com “outras mulheres” com quem eles não têm um envolvimento emocional e não as suas parceiras ou namoradas, por ser “ofensivo”. Nesta ordem de ideias, Giddens afirma: “As imagens das mulheres em revistas pornográficas (...) são objecto de desejo, mas nunca de amor. Elas excitam e estimulam e, é claro, são quintessencialmente episódicas” (Giddens, 1993: 134); c) provoca vícios⁷, levando alguns a masturbarem-se por “carências afectivas”.

Como temos vindo a referir, há uma especialização das várias instâncias na informação sobre sexualidade. Se é da competência da família a transmissão de um saber configurado por valores, se da escola se espera a transmissão do saber técnico, se os *media* circulam entre uma informação que ordena (pelo discurso politicamente correcto) e desordena (pelas novelas, canções etc.) valores, é no grupo de amigos que as experiências concretas das/dos jovens são pensadas e recompostas. Como outros estudos demonstram, na passagem do campo familiar para o escolar e para o grupo de pares, as disposições que “compõem” o *habitus* são alteradas e reconstruídas (Pappámakail, 2007). Neste sentido, o visionamento de filmes, principalmente os que são caracterizados como pornográficos⁸ são não apenas uma fonte de informação mas um meio que as/os jovens têm para reconstruir as representações e renovar as práticas.

A pornografia, ao parecer conferir às mulheres o direito ao desejo sexual (aí explicitado pelos gestos, gemidos e linguagem), numa aparente transgressão com a norma (as boas e as más mulheres, Eva e Maria), está de acordo com uma matriz em que o desejo é um desejo subordinado, um desejo que faz parte da parafernália do gozo masculino e justifica o exercício da violência física sobre as mulheres (chicotadas, bofetadas, etc.) (Barbosa e Nogueira, 2005).

É assim, que para um número surpreendente de rapazes (mais de 60%) a informação sobre sexualidade é obtida, para além dos amigos, através das actividades de divulgação realizadas pelas organizações juvenis, pela televisão e pelos filmes pornográficos. No entanto, há jovens rapazes e raparigas que têm uma posição

clara de rejeição da pornografia associando-a a violência, tal como fica demonstrado por estas falas de jovens na província de Maputo:

- “Tem um que assistiu e depois saiu e foi violar uma velha. (...) Aqueles filmes baralham a cabeça das pessoas” (Gil 3).
- “Vi e não me senti bem, é como se estivessem a violar, preferi desligar aquilo” (Tâmara 1).

E um grupo de jovens em Cabo Delgado: “Eu por mim não gosto, basta ver umas posições estranhas logo vou dormir. (...) Aquela posição não é normal, sinto pena das mulheres. (...) É um castigo” (Luís 3, Leonardo 3).

Estas falas mostram que ao mesmo tempo que esses filmes podem indignar pela sua cruza, mostram decididamente a coisificação da mulher, naturalizando o uso da violência e explicitando-a como violência de género. Quando os rapazes dizem que exercitam pornografia “com as damas”, mostra duas coisas: a primeira é a tensão referida por Giddens (2002), existente entre o prazer masculino e o provocar prazer que atravessa as relações com as namoradas (em que se espera reciprocidade e que implica intimidade), e que é resolvida (ao reduzir os riscos de ansiedade masculina)

é aplicada é sinónimo de “poder fazer”, como são exemplo estas falas de jovens nas províncias de Maputo e Cabo Delgado:

- “Nós aprendemos a gozar das propriedades da mulher” (Zair 1).
- “Nós aprendemos as posições e comentamos, eh, viste a gaja a gemer?” (Jorge 3).

Para sermos breves, o que se constata, quando se analisa a informação sobre sexualidade e as apropriações feitas pelas e pelos jovens é o conflito entre a norma social, que ao controlar o conhecimento pretende orientar comportamentos, e a utilização entre os interstícios da norma (ou fora dela) de recursos que são contraditórios e a põem em causa.

A aprendizagem transmitida na família, na escola e nos *media*, visando configurar verdades sobre o corpo de acordo com o modelo cultural, é confrontada através dos mecanismos que recorre, a uma apropriação não esperada pelas e pelos jovens, seja porque os processos de individuação permitem romper e/ou reconstruir a adesão aos valores transmitidos, seja porque as instâncias de socialização “oficiais” são elas próprias sujeitas à mudança. E desta situação ambivalente,



na pornografia. A segunda, que pode não entrar em conflito com a constatação anterior, é que a pornografia representa, tanto uma forma extrema de exercício do poder masculino, como uma transgressão à coesão do modelo de dominação e à moral social. Isto é, se as raparigas que participam nos jogos pornográficos como que perdem completamente a sua condição humana e a sua condição de parceiras, para se transformarem em não sujeitos totais, os rapazes podem libertar a libido. A pornografia fornece, assim, não apenas um novo conhecimento, mas um conhecimento para o exercício do poder masculino (Abramovay e Rua, 2002), ou seja, mesmo quando não

mutante e plural, resulta uma grande heterogeneidade de representações, que podem ou não influenciar o exercício da sexualidade e a igualdade de direitos entre raparigas e rapazes. O que fica evidente é que, por um lado, se mantém a dominação de uma concepção do corpo sexual configurada em torno do poder masculino, por outro lado, surgem, principalmente por parte das jovens raparigas, posições que alternam a adesão à subalternidade com a inversão dessa mesma subalternidade.

Notas:

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre identidades sociais/sexuais das/dos jovens cujo relatório será brevemente publicado com o título “Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Maputo”.

² A primeira e a terceira tendência estão, por vezes, tão imbricadas nos discursos, principalmente dos rapazes, que é difícil estabelecer distinções.

³ Há, por vezes, um entendimento de que o SIDA seria uma estratégia utilizada no contexto da feitiçaria e a utilização do preservativo uma forma de impedir os seus efeitos.

⁴ *Nhama* significa carne em Tsonga, uma das línguas faladas na cidade e província de Maputo.

⁵ Anciã falante de Shimakonde entrevistada por Hilário Diuty, a quem agradecemos a cortesia.

⁶ Encyclopædia Britannica, 1999, citado por Guerra, Andrade e Dias (2004: 270).

⁷ Para Giddens, “a pornografia torna-se facilmente viciosa devido ao seu carácter substitutivo” (Giddens, 1993: 135).

⁸ Não foi possível aprofundar esta questão, mas muitos informadores, entre professores e jovens consideram as novelas brasileiras como pornográficas, pelas imagens e pelo discurso erótico que transmitem. A ausência de diferenciação entre pornografia e erotismo revela bem como o controlo sobre o sexo e a sexualidade constituem as linhas mestras da dominação masculina.

Referências:

- Abramovay, M.; Rua M. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco, BID.
- Barbosa, C.; Nogueira, C. (2005). “Violência escolar e a construção social de masculinidades”. In: *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.
- Bonate, L. (2006). “Matriliney, Islam and gender in Northern Mozambique”. In: *JRA* n° 36, vol. 2. pp.139-166.
- Casimiro, I. et al. (2002). Estudo de Base. Khuluvuka - Corredor de Esperança. Maputo: CEA/FDC.
- Giddens, A. (1993). *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2002) *Identidade e Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Guerra, V. M.; Andrade, F. C.; Dias, M. R. (2004). “Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos”. In: *Estudos de Psicologia*, n° 9, vol. 2. pp. 269-277
- Kaufmann, J. C. (2005). *Corps de femme. Regards d'hommes*. Paris: Nathan.
- Pappámikail, L. (2007) “O lugar da autonomia: reflexões em torno das identidades juvenis e da família”. In: M. Vieira (org.), *Escola, Jovens e Media*. Lisboa: ICS.
- Silva, T. et al. (2007). *Representações e práticas da sexualidade dos jovens e feminização do SIDA em Moçambique: estudos de caso no centro e sul do país*. Maputo: WLSA Moçambique.

Opinião

Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas?

Misete Getessemane Cossa

Em Outubro de 2007, durante aproximadamente quatro semanas, participei numa pesquisa na província da Zambézia, nomeadamente na cidade de Quelimane e nos distritos de Morrumbala e Mocuba¹. Durante a minha permanência nessa província vários aspectos me chamaram à atenção, como por exemplo, o rosto das mulheres e crianças, que constituíram as imagens que mais ressaltavam na paisagem da pobreza, dilacerados pela incerteza da vida e pela pequenez que lhes é atribuída. Mas também a poligamia, a banalidade da violência doméstica, o nível elevado de doenças de transmissão sexual e do HIV/SIDA por parte das mulheres e o seu fraco poder de decisão na vida conjugal. São estas questões sobre as quais me pretendo debruçar, sem outra pretensão que a de partilhar dilemas e lançar desafios.

Nas vilas visitadas o número de pessoas com rendimentos regulares é bastante irrisório, concentrando-se, muitas das vezes, nos professores, num e outro enfermeiro, e nos vendedores de mercado. Este grupo de indivíduos é o que mais atrai as raparigas que, com um nível de escolarização primário e sem grandes hipóteses de continuidade dos estudos, mas também por “destino”, vêm no casamento a finalidade última das suas vidas. Estas raparigas, vindas de um ensino não profissionalizante, não olham a agricultura de subsistência como uma actividade de rendimento. Muitas delas vêm o mercado informal como uma actividade mais honrosa e de prestígio. E é nesse circuito comercial que o dinheiro mais circula, e mais alicia.

É neste mesmo universo que o elevado índice de doenças de transmissão sexual é justificado como sendo da responsabilidade das mulheres, prova das suas transgressões. Dizem que as raparigas têm estado a ganhar outros hábitos fora de casa e que os novos vestuários, como as calças apertadas, as saias curtas, etc., é que as leva a um descontrolo. Eles, os homens, foram unânimes em afirmar que são as grandes vítimas das mulheres.

Se ao nível das vilas o cenário se apresenta nebuloso, num meio mais rural as justificações ganham outros contornos, não fugindo porém da responsabilização da mulher. Das conversas que tive informalmente, e no âmbito da pesquisa, pude observar que a pandemia do século é recusada no quadro em que é normalmente descrito. Para eles as constantes mortes atribuídas ao HIV são, por exemplo, e em termos metafóricos, associadas ao Mbepo - ventania em língua sena. O Mbepo é um vento destruidor como os furacões. A doença é ligada ao Mbepo porque, segundo eles, as mulheres, no caso raparigas, praticam o aborto de forma desmedida, levando-as a disseminarem doenças mortais no seio dos homens e das mulheres. Esta visão de impureza vem na linha do que Douglas (1992) diz ser aquilo que “não se enquadra no sistema de classificação e/ou ordenação do mundo de uma cultura específica, ou naquilo que está no limite, ou na margem desse sistema, comumente visto como ameaçador e, portanto, impuro, sujo”.

Em resumo, apesar de alguma familiaridade com o tema das relações de género no país, fiquei chocada ao constatar a persistente culpabilização da mulher perante doenças/desgraças que afligem a sociedade, mesmo se os argumentos e as justificações diferem ligeiramente de local para local. Assim, a par de um papel secundário, também simbolicamente os aspectos negativos são sempre relacionados com as mulheres.

Esta questão faz-me lembrar a S. Ortner (2006) quando diz que as mulheres são associadas à natureza onde são tidas como perigosas e imprevisíveis, algo que não pode ser controlado. Para corroborar tal asserção a autora diz-nos que isto se deve, na visão dos homens, ao facto da mulher tirar leite, menstruar, o que é considerado como a prova inequívoca da sua “animalidade”. Pelo contrário, o homem é associado à cultura, a algo sujeito ao controlo, à racionalidade, ao previsível. Enquanto a mulher é vista do lado da natureza, da irracionalidade, da imprevisibilidade.

Esta ausência de responsabilização dos homens perante as doenças de transmissão sexual que afectam as famílias, como a pandemia da HIV/SIDA, mostra ainda a prevalência do poder patriarcal. Nos tempos que correm, em que a defesa de uma sociedade igualitária faz parte do discurso oficial e proclamado publicamente, estes aspectos devem ser tomados a sério pois não contribuem para o desenvolvimento da mesma.

Outra questão, relacionada igualmente com esse papel secundário e subordinado das mulheres, é o seu fraco poder de negociação ao nível conjugal. Notei que as mulheres não podem decidir quantos filhos pretendem ter, quando é que os devem ter, quando é que desejam ter ou não relações sexuais com o seu parceiro. Ou seja, em maior ou menor grau, o que depende das capacidades específicas de negociação de cada uma, é-lhes retirado o controlo sobre o seu próprio corpo. Uma das explicações para isto é que historicamente a mulher tem sido vista como objecto, e propriedade do homem (pai, marido, patrão...), e os seus direitos como pessoa e cidadã colocados em segundo plano. Sendo vista como objecto, o desejo da mulher não é respeitado e isto fica evidente, por exemplo, quando o marido se recusa a usar o preservativo, a fazer teste do HIV, ou quando proibe a esposa de fazer o planeamento familiar.

O corpo feminino é usado para justificar as desigualdades sociais, onde a feminilidade é associada ao corpo, e onde o seu campo de acção acaba por ser a reprodução; a masculinidade é associada à mente, tendo os homens como campo de acção, o conhecimento e o saber. Nesta ordem de ideias, na sua obra “A Dominação Masculina”, Bourdieu (1999) faz uma análise sobre o controle do corpo e de como este controle se manifesta nas desigualdades de poder e de género, referindo que a dominação dos homens sobre as mulheres se efectiva porque as mulheres são educadas a interpretarem o mundo de acordo com os esquemas e as categorias incorporadas no pensamento masculino. Refere ainda que a inferioridade das mulheres está presente na nossa forma de pensar e de agir. O autor aponta também que a dominação masculina exercida sobre as mulheres é apoiada pela violência simbólica que é invisível para as suas próprias vítimas, o que implica que os dominados não se apercebem dessa relação de dominação, na medida que a pensam como algo natural e legítimo.

Não podemos esquecer que estas mulheres, para além de reflectirem algumas das facetas que caracterizam as nossas patriarcais sociedades, estão a servir de modelo às mulheres jovens. A manter-se este estado de coisas, muitas delas, previsivelmente, vão crescer com um desconhecimento total dos seus direitos humanos. Elas não saberão que pelas leis do seu país toda a pessoa tem o direito de decidir quantos filhos quer ter, quando os terá, e com que intervalo de tempo os deseja ter. Nunca as educarão para usufruir do direito de controlar o seu comportamento sexual, segundo a sua própria forma de ser e de pensar, sem medo ou vergonha.

Esta experiência, que foi de descoberta mas também de reforço das minhas posições em defesa dos direitos humanos das mulheres, leva-me a defender a

necessidade de um maior empenhamento na luta pela igualdade. Urge definir políticas correctas e exequíveis no país real e profundo.

Nota:

¹ Pesquisa sobre formas de organização familiar e violência doméstica, dirigida pela WLSA Moçambique, e que teve como grupo alvo professores primários, camponeses e vendedores do mercado.

Referências:

BOURDIEU, Pierre (1999). A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand.
DOUGLAS, Mary (1992). Pureza e perigo. Lisboa: Edições 70.
ORTNER, S. (2006). “Entonces, ¿Es la mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura?”, Revista de Antropología Iberoamericana (1) 1. pp. 21-21



Promoção da igualdade de género nas novas modalidades de ajuda

Leontina Sarmento dos Muchangos

Estas notas pretendem ser úteis para os decisores políticos que estão ajustando as novas modalidades de ajuda, tais como oficiais e analistas de Ministérios de Finanças, Planificação e Desenvolvimento, bem como para ONGs que lidam com assuntos de mulher e género e ainda com as áreas de justiça económica e social, nos níveis nacional, regional e internacional.

Como esforços para intensificar o alcance dos ODMs (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) até 2015, países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, comprometeram-se numa parceria para implementar novas modalidades de ajuda desenhadas no sentido de:

- Fazer o alinhamento da ajuda com as prioridades de desenvolvimento determinadas pelos próprios países recipientes da ajuda.
- Colocar e juntar diversas fontes num apoio directo ao Orçamento do Estado (DBS - Direct Budget Support) ou então no chamado Apoio Sectorial - destinado a um para um sector particular (SWAP - Sector Wide Approach).
- Assegurar maior estabilidade e predicabilidade nos fluxos da ajuda.

A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda sumariza os princípios e indicadores de progresso acordados pelos países doadores e parceiros dos países em desenvolvimento.

Ligar a igualdade de género e a eficácia da ajuda

A igualdade de género é central para atingir os ODM e outras metas de desenvolvimento, pelo que é importante assegurar que as estruturas de ajuda enderecem e monitorem o progresso em relação às metas de igualdade de género. Por outro lado, os resultados na área da igualdade de género constituirão importantes sinais da eficácia da nova abordagem para canalizar a ajuda e da parceria entre países.

Concretamente, para apoiar a igualdade de género é necessário:

- Financiamento adequado para programas que respondam às necessidades das mulheres e raparigas.
- Sistemas de prestação de contas tanto para governos como para doadores, que permitam ver como a sua contribuição influencia para que se alcance a igualdade de género.
- Avaliação do progresso alcançado sensível ao género, o que exige que a avaliação do desempenho seja feita com indicadores de género – no respeitante à eficácia da ajuda.

Princípios das agendas das novas modalidades de ajuda

A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda foi desenvolvida como um seguimento do acordo de Monterrey e a Cimeira G8. Isso convida os doadores a aumentar a ajuda e a adoptar acções concretas para atingir o desenvolvimento.

A Declaração de Paris estabelece metas e indicadores de progresso que foram endossadas pelos Estados membros em Setembro de 2005 na Cimeira Mundial das NU. Define-se também os princípios para a nova abordagem, que são os seguintes:

Apropriação - Países parceiros exercem liderança efectiva sobre o desenvolvimento de políticas e estratégias e coordenam as acções. Por exemplo, o PARPA II é suposto ser um Documento Nacional e propriedade dos Moçambicanos

Alinhamento - Doadores baseiam o seu apoio tendo em consideração estratégias de desenvolvimento do países parceiros, suas instituições e procedimentos e ligam o apoio financeiro a uma estrutura única ou condições e/ou a um gerível grupo de indicadores que provem das estratégias de desenvolvimento nacional, por exemplo, os chamados PAF (Performance Assessment Framework). Também expandem ou mudam da abordagem projecto/programa (ajuda baseada em projecto/programa) para o Apoio Orçamental Geral

Directo e ou Apoio Sectorial. Exemplo: PROSAUDE, FASE, PROAGRI, para assegurar um apoio holístico como estratégia de redução da pobreza ligada às prioridades de desenvolvimento.

Harmonização - Doadores tornam as suas acções mais consistentes entre si, mais transparentes e colectivamente efectivas. Isto inclui racionalização das actividades dos doadores, aumento da predicabilidade (Estimativas) regulação dos condicionalismos e aumento da ajuda através dos níveis requeridos para atingir as metas.

Resultados - Gestão e implementação da ajuda focalizando os resultados.

Prestação de Contas Mútua - Doadores e parceiros de cooperação devem prestar contas sobre o desenvolvimento de resultados através de sistemas, procedimentos e capacidades nos países doadores e nos países recipientes, o que mede desempenho da ajuda.

Abordagens centrais para a planificação e destino da ajuda na nova arquitectura

Apoio ao Orçamento = DBS: Cobre assistência financeira como contribuição do orçamento Global. Nesta categoria Fundos pode ser postos mais nuns sectores contra outros mas não há nenhuma limitação formal sobre onde os fundos vão ser dispendidos.

SWAP = Sector Wide Approach = Abordagem sectorial: Envolve o apoio dos doadores para o desenvolvimento dum sector na sua totalidade num dado país, tais como: educação, saúde, agricultura, em vez de apoio a projectos específicos. Exemplo: PROAGRI, PROSAÚDE, FASE.

PARPA – Estratégias de Redução da Pobreza: Foram introduzidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional como um pré-requisito para empréstimo aos países pobres e para os clientes mais devedores. Eles são estruturados para o país identificar os seus principais problemas relacionados com a pobreza e sua estratégia para mudar a situação. A ideia é que o governo recipiente faça a proposta através de um processo participativo de consulta nacional e com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Fundos Comuns (Basket Funds): É a modalidade de financiamento conjunto entre diferentes doadores, através de um programa, sector ou apoio orçamental. Exige uma harmonização dos doadores para os procedimentos.

Igualdade de género num ambiente de mudança na arquitectura da ajuda - oportunidades e riscos

O apoio geral das estratégias de redução da pobreza, apropriada pelo país, a prestação de contas e a predicabilidade dos fluxos da ajuda é um dos

benefícios antecipados desta nova arquitectura da ajuda e pode também facilitar o progresso na área da igualdade de género, encorajando o investimento em actividades que promovem a igualdade de género, a longo prazo. Não haverá resultados a curto prazo, porque leva tempo a mudar atitudes e a realizar a Mudança Institucional Sensível ao Género. O mesmo se pode dizer em relação ao desenvolvimento da consciência pública

Para finalizar esta breve explanação, queremos chamar à atenção para os seguintes aspectos críticos:

- Ter mulheres ao nível da tomada de decisão é um bom pré-requisito, mas elas devem ser pessoas que tenham experiência e sensibilidade nesta área da igualdade de género, senão é inútil este esforço.

- A Declaração de Paris não especifica o significado do que são prioridades no desenvolvimento, por exemplo, o que significa a centralidade de género no desenvolvimento
- Nos MDG os governos focalizam só a Meta 3, que diz respeito à redução das disparidades na educação, sendo que os restantes elementos são omitidos.
- Apropriação - Não tratam com profundidade as questões de equidade e igualdade de género e por vezes não existe capacidade de análise de género. Isto é, qual é a qualidade da apropriação?
- Harmonização - O processo de harmonização pode levar à evaporação dos assuntos transversais incluindo o da igualdade de género

Para conhecer mais sobre o tema do FINANCIAMENTO DE GÉNERO e sobre a Declaração de Paris, consulte os seguintes websites:

- <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf> (documento da Declaração com os organismos e países signatários)
- <http://www.gender-budgets.org/> (Gender Responsive Budget, UNIFEM)
- <http://www.awid.org/eng/Issues-and-Analysis/Library/> (AWID Library)

Denúncia urgente:

Homicídio impune na Manhiça

Folheando o semanário Magazine Independente do dia 5 de Março do corrente ano, era possível tomar conhecimento de um episódio violento sucedido no posto administrativo de 3 de Fevereiro, Xinavane, distrito da Manhiça. Conforme relatava o jornal, os protagonistas deste drama eram Percina Timana e Alberto Mucasse, na altura secretário do comité sindical da Açucareira de Xinavane, que viviam em união de facto. Os factos narrados são como se segue:

- No dia 25 de Fevereiro, após uma acesa discussão, o agressor entrou na sua carrinha 4x4 e arrancou de forma brusca, tendo atropelado a vítima.
- Em seguida absteve-se de socorrê-la, deixando-a estatelada e a sangrar.
- Ao que tudo indica, diz o jornal, o agressor dirigiu-se para a casa da sua segunda mulher em Xinavane, após o que foi visitar um parente seu, sem se preocupar com a sua esposa a quem ele mesmo havia atropelado horas antes.
- A vítima viria a falecer.

Estes factos são corroborados por outras fontes locais, pois o atropelamento teve lugar num lugar público, em

frente à barraca que Percina geria, perante clientes e outras colegas do mercado, que a socorreram e levaram para casa. Acrescentam ainda que depois de Alberto Mucasse a ter atropelado e seguido em frente sem se deter, foram avisá-lo de que a sua parceira se encontrava ferida, mas ele só regressou a casa para saber do que se passava muitas horas depois de ter sido notificado.

Numa outra edição do mesmo semanário, Magazine Independente, datado de 26 de Março, aparecia uma notícia com o seguinte título: “Espírito da falecida vingá-se do viúvo assassino”. Aqui se informava que Alberto Mucasse fora solto das celas do Comando Distrital da Manhiça por haver assumido a culpa, por um lado, e por outro lado por ter-se comprometido a oferecer uma barraca e uma casa aos seus enteados, ou seja, aos filhos da malograda. Diz ainda que a família Timana, a família da falecida, perdoou a Alberto Mucasse em troca destes bens. Por outro lado, o jornal informa também que este cessou funções no secretariado do comité sindical da Açucareira,

deixando entender ter sido esta uma punição pelo acto cometido.

Esta situação levantou um conjunto de preocupações que exigem que se tomem medidas imediatas e urgentes. Analisando o caso à luz da lei criminal vigente no país, foram cometidos os seguintes crimes:

- Homicídio involuntário, faltando ainda provar se houve ou não intenção de atropelar, acto do qual resultou a morte da vítima. Em qualquer dos casos, é um crime público.
- Recusa em prestar assistência a pessoa necessitada, quer não parando depois do atropelamento, quer demorando a reagir após ter sido informado de que a vítima se encontrava gravemente ferida e no domicílio do casal, aguardando transporte para a unidade sanitária para receber socorro. Isto constitui uma agravante de acordo com a lei e segundo a conduta cívica mais elementar.

É preciso também informar que a Percina Timana foi vítima de violência doméstica durante longos anos. Segundo soubemos, por várias vezes pediu apoio ao Gabinete de Atendimento Jurídico para vítimas de violência, PFUNECANE, que funciona na sede do distrito da Manhica. O apoio que pedia era no sentido de persuadir o seu parceiro Alberto Mucasse a parar de agredi-la. Ela dizia que não podia voltar para a casa dos seus pais pois tinha sido lobo-lado e os pais não tinham condições materiais de devolver o lobolo. Um dos problemas em constringer Alberto Mucasse a parar com as agressões era porque este, segundo os padrões locais, se podia considerar como uma pessoa rica e influente, tornando inúteis todas as diligências.

A nosso ver, as agressões constantes contra a malograda e a falta de socorro imediato mostram claramente que o atropelamento foi voluntário e até prova em contrário, premeditado. Sendo um crime público, este caso deveria ter sido de imediato investigado pelas autoridades policiais locais, a fim de proceder à detenção do presumível culpado. Na realidade, parece ter sido o que aconteceu inicialmente. Mas, a ser verdade o que diz o jornal e que é confirmado por fontes locais, Alberto Mucasse foi libertado depois de ter estado um dia na cela, a pedido da família da vítima, que retirou a queixa por se ter chegado a um entendimento em que o suposto homicida faria “reparações” materiais que beneficiariam os filhos da malograda. Ora, aqui é que começam as irregularidades por parte da polícia: um crime público não pode simplesmente ser arquivado a pedido dos parentes da vítima ou de ninguém.

Repetimos, a ser verdade o que conta o jornal e o que repetem fontes locais, ficam os cidadãos informados de que podem matar qualquer pessoa, se depois estiverem

dispostos e tiverem meios para “compensar” a família das vítimas. Perante tamanha irregularidade por parte da polícia, podemos também pensar que, se calhar, se a vítima fosse do sexo masculino as autoridades seriam mais rígidas. Que se tratando de uma mulher, ainda mais da “mulher do dono”, o crime ganha contornos privados.

De notar também que o jornalista que assina a matéria não conhece a lei (o que é indesculpável para quem escreve sobre matérias criminais), ou se conhece acha normal que ela não tenha sido seguida, porque em momento nenhum comenta o bizarro comportamento das autoridades policiais e, já agora, da Procuradoria.

Perante esta situação, em Abril, em nome da WLSA Moçambique e exercendo os nossos direitos como cidadãs, escrevemos uma nota à Procuradoria-Geral da República a denunciar o crime público que culminou com a morte de Percina Timana e exigindo que se tomassem medidas conformes à lei. A resposta imediata que recebemos era de que se iria investigar a denúncia e que oportunamente seríamos informadas da situação. Até ao momento do fecho desta edição não tivemos nenhuma informação da sua parte.

A maneira como este caso aconteceu é terrível de tão preocupante. Quantas mulheres, pelo país fora, estão a ser agredidas e mortas sem que nenhuma justiça lhes seja feita? Quantas vezes e por quanto mais tempo continuarão a polícia e outras instâncias do sistema de justiça a considerar as mulheres como cidadãs de segunda e a julgá-las não de acordo com a lei mas com o costume? Até quando a indiferença do público que lê num jornal que ocorreu um crime desta natureza e que ficou impune? O que podemos esperar no futuro?

Este caso leva-nos também a reafirmar a necessidade de ter uma lei específica para enquadrar os crimes de violência doméstica ocorridos no âmbito de relações conjugais, o que é uma iniciativa de organizações femininas, preocupadas com a gravidade da situação no país. A proposta de lei já se encontra depositada no parlamento desde 2007, aguardando a sua aprovação.

Queremos concluir invocando em pensamento e com muita tristeza Percina Timana, cujos anos finais foram vividos num ambiente de grande violência e que morreu em condições indignas. Lamentamos que não lhe tenha sido permitido viver em paz e em segurança, desfrutando da vida, o que é um direito inalienável de todos os seres humanos.

Pela vida das mulheres, nem mais uma morte!

WLSA Moçambique



Campanha para aprovação da proposta de lei contra a violência doméstica

No âmbito da Campanha foram publicadas entrevistas e outros materiais que saíram no jornal Savana, nos dias 18 e 25 de Abril e 9 e 16 de Maio. Pela sua importância, reproduzimos parte deles em seguida

Confissões religiosas pela aprovação da Lei contra a Violência Doméstica

“Apelamos ao Parlamento que aprove a lei contra a violência doméstica” – Sheik Cassimo David (CISLAMO)

“Este é um assunto que respeita a toda a sociedade” - Reverendo Dinis Matsolo (Secretário-Geral do CCM)

O Movimento pela Aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica quis ouvir as posições de duas importantes instituições religiosas, o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) acerca desta problemática, conversando, a este pretexto, com o Sheik Cassimo David, membro do Conselho Consultivo do CISLAMO, e com o Reverendo Dinis Matsolo, Secretário-Geral do CCM. As entrevistas foram realizadas em separado, mas, porque as questões colocadas a ambos foram exactamente as mesmas, optamos por aqui trazer as intervenções de ambos entrevistados sob a mesma pergunta.

Movimento: Como vêm a doutrina Islâmica e a doutrina Cristã as desigualdades entre homens e mulheres no que toca aos direitos de cada um?

Sheik Cassimo David: Segundo a doutrina Islâmica, o homem e a mulher são iguais – as desigualdades que se verificam na sociedade resultam de “preconceitos” criados pela própria sociedade e que alguns usam como pretexto para a violência. O que acontece é que muitos homens têm a “mania” de que têm poder absoluto sobre tudo, incluindo a mulher, quando não é assim.

Reverendo Dinis Matsolo: Bom, eu diria que a Bíblia espelha o homem e a mulher à luz da igualdade, falando, isso sim, de diferentes papéis, ou responsabilidades.

No fundo, as desigualdades a que assistimos residem em manifestações de masculinidade e na ideia de que o homem é mais forte que a mulher em todos os aspectos. Trata-se de construções sociais que é preciso atacar. É preciso ver que as pessoas já crescem a pensar dessa forma, e isso vai-se transmitindo!

M: E qual é a posição do Conselho Islâmico de Moçambique e do Conselho Cristão de Moçambique em relação à violência doméstica contra a mulher?

SCD: O Conselho Islâmico condena terminantemente a violência contra a mulher! Pelo contrário, defendemos

o diálogo como única forma das pessoas se entenderem. Mas, se não houver outra alternativa, então deve optar-se pela separação, uma vez que o objectivo do lar é a felicidade e a harmonia, e se estas não existem, deixa de haver motivos para a existência desse lar.

Quando nos é reportado um caso desta natureza nós começamos por chamar os dois envolvidos, deixamos claro que estamos a dar uma advertência e apelamos ao diálogo; mas, se houver reincidência aconselhamos a senhora a reportar a situação às instâncias competentes.

RDM: O Conselho Cristão de Moçambique está, naturalmente, contra qualquer tipo de violência.

Reconhecemos que existem focos problemáticos na nossa sociedade, muitos deles em lares de famílias cristãs, e que é necessário combatê-los.

Por vezes usa-se a expressão “O homem é o cabeça da família”, mas será que uma cabeça anda sozinha, sem o resto do corpo? É claro que não! Da mesma forma, o homem e a mulher devem complementar-se, devem ser parceiros. Entender isto é um passo importante para entender porque é importante combater a violência doméstica contra a mulher.

M: Face ao que refere, que importância atribui à existência de uma lei específica de protecção das mulheres contra a violência doméstica?

SCD: Penso que uma lei desse tipo é extremamente necessária nos dias de hoje. O ideal seria sensibilizar as pessoas para não praticarem o mal (ou a violência, neste caso), mas é importante que exista também um dispositivo legal que ajude a disciplinar os comportamentos e também a sancionar aqueles que praticam a violência doméstica, pois hoje em dia as pessoas já não têm medo de Deus, e sim apenas daquilo que podem ver e que as vai prejudicar de imediato.

RDM: Eu penso – e o Conselho Cristão defende o mesmo – que um instrumento legal é sempre bem-vindo quando se trata da protecção dos direitos das pessoas. Uma lei ajuda a cobrir os “vazios” na nossa sociedade, aqueles espaços onde é preciso intervir para devolver a paz.

Mas, é preciso notar também que aprovar a lei ainda não é suficiente. Esta tem que ser divulgada, materializada, usada. Este é um grande desafio!

M: Qual poderia ser o papel do Conselho Islâmico e do Conselho Cristão na campanha pela aprovação da proposta de lei contra a violência doméstica contra a mulher, já depositada no Parlamento?

SCD: Já há algum tempo que nós vimos fazendo um trabalho de sensibilização das pessoas para que tenham civismo, para que vivam em paz e harmonia, optem pelo bem-estar e mantenham o lar são – o diálogo deve ser a espinhal medula de qualquer casamento!

É para nós uma honra apelarmos a quem de direito para essa lei seja aprovada. Fazê-lo é pedir a aprovação de uma lei que vai conferir protecção ao cidadão, e às mulheres em particular, e por isso é um privilégio fazermos esse apelo ao Parlamento.

RDM: Este é um assunto que respeita a toda a sociedade – é preciso lidar com as desigualdades que existem e combater a violência doméstica. Assim, naturalmente que o Conselho Cristão poderia ter um papel importante, até porque representa um grande potencial que pode ser usado, por exemplo, para divulgar e sensibilizar as pessoas sobre uma lei contra a violência contra a mulher.

E é preciso não esquecer que outro dos papéis do Conselho é fazer lobby e advocacia e poderíamos, com certeza, juntar os nossos esforços para que a lei seja aprovada.

“A violência pode destruir-nos por dentro”

No mundo inteiro, pelo menos 60 mil mulheres (oito por minuto) perdem a vida por ano em resultado de violência doméstica – e este número foi registado num total de apenas 40 países (não inclui Moçambique) – imagine o real número de vítimas se o mundo é composto por mais de 190 países! E quantas outras não morrem, mas sofrem consequências dramáticas...

O Movimento para Aprovação da Proposta de Lei Contra a Violência Doméstica quis perceber melhor da psicóloga Manuela Almeida, com longa experiência no atendimento a vítimas de violência, como é que esta violência afecta as mulheres e a família.

Movimento: Dra., de que forma é que a violência doméstica afecta a mulher?

Manuela Almeida: De muitas, muitas maneiras. A primeira grande manifestação é normalmente a mudança de comportamento – a mulher que sofre violência começa a evidenciar sintomas de ansiedade, depressão, em especial no que é a sua capacidade de resposta às situações.

A curto prazo esta mulher evidencia uma grande irritabilidade, fica cada vez mais frágil, ainda que ela própria ainda não se aperceba de que está neste estado. Eventualmente ela começa a cair em si, a ter crises de choro, a perguntar-se porque está a passar aquela situação, a culpar-se pela violência...

M: É frequente a mulher vítima de violência culpar-se a si mesma?

MA: Sim. Até porque vejamos: tanto quanto ela consegue perceber, está tudo na mesma na vida dela mas o comportamento do seu parceiro mudou. Ela

procura respostas e questiona-se: O que terei feito para provocar a violência?

Depois começa a desenvolver o que chamo de “rituais de verificação”, que denotam já uma certa obsessão: ver se em casa está tudo como ela pensa que o parceiro espera que esteja (casa limpa, comida feita, filhos na cama, etc.). Só que depois de ela verificar tudo isto, o parceiro ou marido chega a casa e arranja um outro motivo para iniciar um conflito.

O limiares de resposta da mulher, que já eram baixos, baixam ainda mais e das duas uma: ou ela fica paralisada, passiva perante a situação, ou torna-se reactiva (como a presa que tenta atacar para se poder defender). São reacções não elaboradas, primárias.

M: E depois, como evolui a situação de violência?

MA: É claro que difere em cada situação, mas, normalmente, uma vez iniciado este ciclo agressão – reacção, a tendência é para que o ciclo de violência se torne mais frequente e mais agressivo e, claro, as consequências na vítima também se vão agravando.

A mulher a certa altura começa a pensar em suicídio – e algumas chegam a cometê-lo –, em fugir de casa, em pedir ajuda à polícia, pois ela sente-se desesperada, quer proteger a sua saúde e a sua vida, mas não sabe como, não vê perspectivas de um futuro melhor para si e para a sua família.

Por vezes a violência destrói-nos completamente por dentro, ela fica sem auto-estima e muitas vezes sente que não serve para nada pois não é capaz de encontrar soluções para os problemas no lar, que não é capaz de manter o casamento.

E é preciso falar também das consequências físicas, pois muitas mulheres ficam com cicatrizes ou até deficiências físicas para toda a sua vida, em resultado de agressões, e muitas chegam mesmo a entrar em coma ou perder a vida.

Se não tiver apoio, a longo prazo esta mulher que sofre a violência poderá ter grandes dificuldades em relacionar-se com outras pessoas, especialmente homens, mas também com os filhos. Pode tornar-se também numa pessoa fria e agressiva, pois guarda muita dor dentro de si.



M: Na sua opinião, porque é que tantas mulheres suportam a violência durante longos períodos de tempo?

MA: Eu penso que isso tem a ver com a identidade da mulher na nossa sociedade. Actualmente sentimos um conflito entre a educação tradicional e os novos valores, e a mulher sente que não é nada se não tiver um homem pois ela passa directamente de “filha de” para “mulher de”. Se ela largar o lar isso é visto como uma desgraça para a família, uma humilhação e, por isso, ela tem que fechar os olhos e aguentar – é a sua forma de sobrevivência.

Esta educação de passividade e subordinação da mulher ao homem atravessam toda a nossa sociedade. Encontramos situações graves de violência entre pessoas de todas as raças, de todos os estratos sociais e todos os níveis de escolaridade.

M: Uma mulher que sofra violência doméstica durante longos períodos de tempo pode ultrapassar os traumas resultantes dessa violência?

MA: Bom, estamos a falar da capacidade individual de *coping*, isto é, de lidar com as situações, e também com a capacidade de resiliência. Ou seja, estas mulheres têm que encontrar mecanismos de defesa para continuarem a sobreviver. Muitas vezes o seu interior é o único espaço onde se sentem livres e seguras e, por isso, algumas vítimas começam a cuidar ainda melhor da casa, a cozinhar melhor, mesmo sofrendo violência – é uma forma de preservarem o que lhes resta da sua identidade como mulheres.

Mas muito dificilmente uma mulher traumatizada pela violência que sofreu consegue superar esses traumas se não passar por um longo período de terapia e receber o apoio das pessoas à volta dela.

M: Uma vez que a violência doméstica ocorre muitas vezes no espaço familiar em que existem crianças, de que forma é que a violência as afecta?

MA: Uma criança que convive com a violência

doméstica é afectada de diversas maneiras. Por um lado, pode sofrer uma violência directa em que ela própria sofre agressões ou violência verbal e emocional (é insultada, desprezada, humilhada). Muitas crianças sofrem esta violência directa ou tomar partido da mãe e tentar defendê-la.

Mas, só o facto de assistir a cenas de violência, especialmente contra a sua mãe, deixa marcas muito profundas na criança.

Muitas destas crianças são altamente instáveis, inseguras, revoltadas, têm maus resultados na escola, a ter comportamentos agressivos, e muitas fogem mesmo de casa porque não suportam a situação e acabam vivendo na rua.

Provavelmente estas crianças serão adultos traumatizados e com tendência para imitar ou reproduzir o comportamento que viram em casa nas suas próprias vidas de adultos.

M: E falando do agressor, acredita que este pode um dia transformar o seu comportamento e deixar de recorrer à violência?

MA: Vejamos, o comportamento agressivo existe dentro de todos nós, e vemos isto logo num bebé, pois a reacção dele quando algo não está bem para ele é manifestar revolta, zanga – por isso ele chora, grita, esperneia... Mas, através do processo de socialização podemos aprender a lidar com as emoções negativas sem recorrer a violência.

Portanto, essa transformação do agressor em não agressor pode, de facto, acontecer. Mas ele precisa de receber apoio adequado para aprender a mudar de comportamento.

Acredito ainda que o facto de hoje em dia se falar tanto da violência doméstica contra a mulher acaba por mudar alguns agressores, pois estes percebem melhor as consequências da violência nas suas vítimas, os direitos das mulheres, e até as possíveis punições para o seu comportamento violento.

Destaque

Em Moçambique: jornalista mexicana Lydia Cacho Ribeiro recebe prémio de liberdade de imprensa em Maputo



No dia 3 de Maio, em Maputo, a jornalista mexicana Lydia Cacho Ribeiro recebeu o Prémio UNESCO de Liberdade de Imprensa 2008/"Guillermo Cano" das mãos do director-geral daquele organismo da ONU, Koichiro Matsuura. (...)

O prémio é anualmente atribuído a uma figura que se destaca na luta pelo exercício, expansão e defesa da Liberdade de Imprensa. Este ano, um júri independente composto por 14 personalidades do jornalismo internacional avaliaram 37 candidaturas provenientes dos cinco continentes do globo terrestre. Segundo o presidente do júri do prémio, Joe Thloloe, a distinção foi concedida à jornalista Lydia Cacho Ribeiro, 45 anos, por ter denunciado a existência de redes de pornografia, prostituição infantil, bem como de corrupção no México.

O Prémio visa honrar o trabalho das pessoas, organizações e instituições defensoras ou promotoras da liberdade de expressão, nomeadamente as que arriscaram sua integridade física para levar a cabo esse objectivo.

O director-geral da UNESCO, que entregou o galardão (um diploma de mérito e uma medalha), destacou a "coragem de Lydia Cacho Ribeiro, que tem lutado contra os mentores do crime organizado no México".

Matsuura lembrou que naquele país sul-americano existem vários grupos de criminosos que utilizam crianças na prostituição e na pornografia. Segundo ele, pelo menos 17 jornalistas morreram no México durante o exercício da profissão no presente ano, mas afirmou que as mortes não devem intimidar os jornalistas.

"Ela já sofreu estupro, já foi encarcerada e ameaçada de morte (...)", disse o director-geral da UNESCO, que descreveu Lydia Ribeiro como uma "célebre jornalista mexicana".

A laureada disse que o prémio foi atribuído em reconhecimento às crianças que confiaram nela, contando-lhe as histórias das suas vidas: "A atribuição deste prémio é em reconhecimento às crianças que me

contaram as suas histórias de vida (...) eu cumpri o meu papel de jornalista".

In: LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., 3/05/2008
(<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=343624&visual=26&rss=0>)

Relembrando o perfil de Lydia Cacho

No boletim Outras Vozes, nº 14, de Fevereiro de 2006, publicamos uma notícia que tinha por título: "Foi detida a jornalista e activista mexicana Lydia Cacho. Contra ataque por denunciar rede de pederastas". Entretanto em 2007, ela foi inocentada das acusações de difamação.

CASO LYDIA CACHO

Inocentada jornalista mexicana acusada de difamação

O juiz Lorenzo Medina alegou que calúnia e difamação não são crimes na Cidade do México e retirou, no final do ano passado, as acusações de difamação contra a jornalista Lydia Cacho, que publicou denúncias sobre ligações entre um grupo de ricos empresários do estado de Puebla e uma rede de pedofilia no livro "Demónios do Éden". A decisão do juiz foi divulgada somente na semana passada, quando Medina declarou que Lydia estava em "liberdade absoluta". Um dos empresários citados no livro, Kamel Nacif Borge, tinha aberto acusações criminais contra a jornalista.

Em Dezembro de 2005, Lydia foi presa em Cancún e levada de carro até Puebla, onde ficou cerca de 30 horas na prisão antes de ser libertada sob fiança. Em

Fevereiro do ano passado, foram divulgadas conversas telefónicas entre Borge e o governador de Puebla, Mario Marin, nas quais ambos estariam planeando a prisão de Lydia.

O caso foi transferido de Puebla para a Cidade do México pela Suprema Corte do México, que determinou que a jornalista não teria um julgamento justo no estado. O caso de Lydia tornou-se conhecido em todo o mundo por organizações internacionais de imprensa, que argumentaram que as acusações criminais eram tentativas de intimidá-la.

In: Editor & Publisher , 16/1/2007, <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=416MON004>

Informação

Reunião Internacional sobre os Direitos Humanos das Mulheres e Desenvolvimento, Cidade do Cabo, 14 - 17 Novembro, 2008

No 11º Fórum Internacional AWID, que tem por objectivo discutir o poder dos movimentos, estarão presentes cerca de 1.500 mulheres líderes e activistas dos direitos humanos.

A AWID (Association for Women's Rights in Development) é uma organização que trabalha para fortalecer a voz, o impacto e a influência das activistas, das organizações e dos movimentos, ao nível internacional, para efectivamente contribuir para o avanço dos direitos das mulheres.

O fórum AWID tem lugar de três em três anos, para traçar estratégias, estabelecer redes, celebrar e aprender, numa atmosfera propícia aos debates, às discussões e ao desenvolvimento profissional e pessoal. As delegadas do Fórum participarão em quatro dias de apresentações plenárias, sessões interactivas e debates.

Participe!

Para mais informações consulte o site da AWID: <http://www.awid.org/forum08/>

Novas Vozes

Basta

Basta
-digo-
Que se faça
Do corpo da mulher:
A praça – a casa
A taça
A água
Com que se mata
A sede do vício e da desgraça



Maria Teresa Horta

Nascida em Lisboa, em 1937, é uma escritora e poetisa portuguesa, feminista, com uma vasta carreira literária.

(1983) Fonte: Literatura e Arte no Plural - Cronópios -
<http://www.cronopios.com.br/>

Informação

VIII Colóquio Internacional de Direitos Humanos “60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos: Desafios para o Sul Global” São Paulo, 8 - 15 de Novembro, 2008

O Colóquio é um encontro anual que reúne ativistas e acadêmicos de direitos humanos da América Latina, África e Ásia pelo período de uma semana, e tem como objetivo a troca de experiência e aprendizado entre os participantes, possibilitando o acesso a perspectivas inovadoras sobre diferentes temas na área e o trabalho em rede. O Colóquio tem por intuito proporcionar um efeito multiplicador que beneficie tanto os participantes como suas organizações.

O evento está estruturado em palestras, oficinas e grupos de trabalho, nos quais profissionais com experiência na área discutirão tópicos relacionados o tema da oitava edição: “60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos: Desafios para o Sul Global”.

A seleção dos participantes buscará reforçar a participação de jovens ativistas e de grupos de maior vulnerabilidade em relação à violação dos direitos humanos, assim como aqueles que dispõem de maiores dificuldades de acesso às informações que serão partilhadas no decorrer do programa.

Participe!

Para mais informação consulte o site: http://www.conectas.org/coloquio/home_pt.html

Apresentando...

AVIMAS - Associação das Viúvas e Mães Solteiras



Membros da direcção da AVIMAS

O que é a AVIMAS?

A AVIMAS – associação das Viúvas e Mães Solteiras é uma organização humanitária, não governamental, constituída a 15 de Junho de 1997 (Boletim da Republica n.º 41 III série de 2000). A AVIMAS é constituída por mulheres viúvas, mães solteiras e mulheres chefes de agregados familiares.

O programa da AVIMAS prevê a implantação, intervenção e desenvolvimento de acções específicas em apoio à mulher a nível local, distrital, provincial e nacional.

ESTRUTURA DA AVIMAS

A AVIMAS tem a seguinte estrutura orgânica:

- Assembleia Geral - é o órgão máximo da associação
- Conselho de Direcção - é o órgão directivo e administrativo
- Conselho Fiscal - é o órgão fiscalizador.

OBJECTIVOS DA AVIMAS

Os objectivos da AVIMAS são, entre outros:

- Acolhimento da mulher viúva mãe solteira e mulher chefe de agregado familiar na base de livre filiação para permitir uma melhor identificação, análise e solução das preocupações socio-económicas que afectam aqueles segmentos da sociedade.
- Realização de serviços de apoio aos seus membros na mobilização e angariação de recursos de que

carecem para a execução de projectos colectivos e individuais priorizando acções direccionadas ao desenvolvimento comum.

MISSÃO DA AVIMAS

A missão da AVIMAS consubstancia-se na realização das seguintes acções:

- Promover a defesa e exercício dos direitos da mulher viúva, mãe solteira, mulher chefe de família e da criança como parte integrante dos direitos humanos reconhecidos pelas Nações Unidas.
- Promover o desenvolvimento da mulher através de informação, educação e serviços de qualidade, em parceria com outros agentes de desenvolvimento integrando o sector publico e a sociedade civil.

VISÃO DA AVIMAS

A AVIMAS pretende ser uma organização abrangente, forte e dinâmica, capaz de promover a defesa dos direitos humanos em geral e da mulher em particular, em coordenação com os vários actores sociais lutando pelo bem-estar da maioria da população.

PROGRAMAS E ACTIVIDADES

Os programas e actividades levados a cabo pela AVIMAS comportam vários projectos integrados nas cinco estratégias de desenvolvimento definidas pela organização. Estas englobam acções conducentes à promoção de auto-sustento dos seus membros através de iniciativas multiformes visando aumentar o acesso

na disponibilidade de informações e serviços de promoção da saúde sexual e reprodutiva, reforçando ainda, a postura e a capacidade organizacional e institucional da associação, nomeadamente: saúde e saneamento do meio, advocacia em defesa dos direitos da mulher e da criança, comunicação, desenvolvimento institucional e sustentabilidade.

A AVIMAS dedica maior atenção à melhoria da sua intervenção junto das comunidades oferecendo informações e serviços de formação e treinamento em matéria de saúde, desenvolvimento de pequenos projectos de geração de rendimento como chave para alívio à pobreza e auto-sustento.

Contactos:

Elsa Eugénio Tuzine, Presidente do Conselho de Direcção – Celular: 826 111 890
Teresa Mazivila – 1ª Vogal
Joaquina Assane João – 2ª vogal – Celular 848 159 665

O que não conseguimos dizer ao Presidente da República

Terezinha da Silva

No dia 21 de Fevereiro de 2008, em Maputo, no âmbito da Iniciativa Presidencial, teve lugar uma reunião com as mulheres, onde estiveram presentes cerca de 500 participantes. O assunto principal deste debate era o problema dos elevados índices de mortalidade materna, neonatal e infantil, que se registam no país. Foi destacado que este problema está tido em conta nos Compromissos do Governo (Programa) e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nº 4 e nº 5. Referiram-se duas causas indirectas que têm um peso importante na mortalidade materna: a malária e o SIDA e salientou-se que a morte de uma mãe (“mãe” e não “mulher”) constitui uma tragédia para a família.

Em seguida o Presidente da República afirmou estar aberto para escutar as ideias das participantes, o que tinham para dizer sobre a situação do país e propostas para mudar a situação.

Depois de se assistir a um filme sobre mortalidade materna, começaram as intervenções. Os pedidos eram feitos por escrito e entregues ao protocolo, mas o tempo não permitiu dar a palavra a mais de 12 pessoas. Levantaram-se aspectos ligados à saúde, a carências materiais, ao deficit em recursos humanos, à falta de maternidades, de transporte, e o comportamento pouco ético do pessoal de saúde. Uma intervenção da Action Aid levantou o caso do comportamento abusivo do régulo de Govuro que se “casou” com uma criança de 12 anos, o que foi justificado pelo administrador distrital como sendo parte da tradição e cultura. A Action Aid apelou ao Presidente para terminar com estes abusos que violam os direitos das crianças e raparigas.

Da parte da WLSA havia mensagens importantes a passar, nomeadamente:

- Embora seja pertinente referir a necessidade de melhorias nas unidades sanitárias, existem factores na sociedade que constroem a saúde das

mulheres e que são centrais, devendo ser considerados na planificação de acções, de forma a combater a mortalidade materna. Quer isto dizer que há que desafiar o modelo patriarcal que subordina as mulheres e que determina, por exemplo, que elas não tenham poder de decisão sobre o seu próprio corpo e vida.

- As causas da morte materna estão também ligadas ao aborto inseguro, aos preconceitos culturais e sociais, como as desigualdades de género, as uniões forçadas, e ao alto nível de violência sexual.
- Deve ser destacado igualmente e com muita urgência, que é insuficiente o atendimento da fístula obstétrica, uma consequência directa das gravidezes de adolescentes, das uniões forçadas com crianças de tenra idade (contrariando a lei criminal do país) e dos partos não institucionais.
- Há necessidade de garantir que as mulheres exerçam o seu direito ao planeamento familiar, devendo ser repensadas as políticas de saúde, que actualmente carecem de uma perspectiva de direitos sexuais e reprodutivos. As mulheres são vistas como “mulheres-mães” e “mulheres reprodutoras”.

Outras questões importantes e relacionadas com o tema diziam respeito à justiça e à educação, onde há que referir os contínuos abusos sexuais nas escolas, a premência em repensar as directrizes inconstitucionais sobre as alunas grávidas que as penalizam com a transferência para os cursos nocturnos, a necessidade de incluir a educação sexual desde os primeiros anos da escola secundária e não só educação moral e cívica.

Estas eram as mensagens que não pudemos apresentar. Esperamos que em próximas oportunidades seja concedido mais tempo para que os participantes possam ter mais espaço para expressarem as suas preocupações.

Mulheres, Globalização e Ciberespaço

Campanha do FNUAP para protecção da saúde materna e combate à fístula obstétrica

A fístula obstétrica, que pode surgir em consequência do parto, provoca um sofrimento devastador que deixa a mulher incontinente e muitas vezes socialmente isolada, é passível de ser curada por um procedimento relativamente simples. Graças aos cuidados obstétricos a fístula foi largamente erradicada nos países mais desenvolvidos há quase um século. No entanto, maioritariamente em África e no Sul da Ásia, perto de 2 milhões de mulheres, continuam a sofrer desta prevenível e tratável condição.

Em 2003, a FNUAP advogou uma campanha global para acabar com a fístula (Outras Vozes, nº X, 2003). Actualmente a campanha apoia actividades para assistência e sobrevivência em mais de 40 países, colocando o seu enfoque em prevenção, tratamento e assistência para as mulheres depois da cirurgia, para que elas possam retornar às suas comunidades.

In: <http://www.unfpa.org/news/news>. (data)

Somália: aumentando a consciencialização contra a Mutilação Genital Feminina (MGF)

Halima, mãe de 5 meninas, estremece quando ela se lembra de como sofreu depois de ter sido submetida a uma mutilação genital feminina (MGF), prática que continua comum na Somália.

Ela tem filhas com idades compreendidas entre os 2 e os 15 anos: “não gostaria que elas passassem por isto na vida. Toda a vez que tenho o período, sofro nos pontos e não consigo trabalhar. Eu tive infecções que provocaram abortos espontâneos e hemorragias”.

Em Puntland, estima-se que 98% das raparigas continuam a ser submetidas a estas mutilações.

A prática na Somália, que envolve o corte e costura nos órgãos genitais externos, deixando um pequeno orifício para passar a urina e o sangue, é conhecida como “circuncisão faraónica”.

A MGF é ilegal em Puntland, mas é uma prática tradicional frequente. De acordo com a UNICEF, ela é principalmente feita nas raparigas entre os 4 aos 11 anos de idade, e é considerada como sendo um meio de purificação da rapariga na cultura Somali.

Para aumentar a consciência para os perigos da MGF, activistas em Bosaso fundaram organizações para ajudar mulheres tal como Halima e para pressionar para a sua erradicação.

Winnie Meme, coordenadora do We Are Womens Activists (WAWA), uma organização protectora de 34

grupos de mulheres no Centro e Norte da Somália, disse que estes grupos têm aderido à campanha de consciencialização para os perigos e para convencer as comunidades a abandoná-la.

Apesar de estar a haver progressos na área urbana, o processo tem sido lento, diz Memo, atribuindo isto à resistência das mães que acreditam que suas filhas não se conseguirão casar se não forem circuncidadas.

Esta campanha envolve também homens, particularmente pessoas idosas e líderes religiosos, removendo alguns dos mitos, como o de que esta prática tinha um significado religioso. De acordo com Ahmed Sheik Abdirihman, professor da lei islâmica na Universidade de Bosaso, a MGF não é baseada no Islão, segundo o qual é proibido fazer o dano ao corpo humano. (...)

Muitas mães estão contra esta prática, recusando que suas filhas sejam mutiladas. Mas para ter um impacto maior, precisa-se de fazer muitas campanhas de consciencialização na área rural, onde ela continua comum.

Os oficiais de Puntland disseram que incentivaram organizações civis da sociedade a lutar contra a MGF, no âmbito da luta pelos direitos humanos das mulheres. (...)

In: <http://www.irinnews.org/report> (data? Autor?)

Refugiadas iraquianas forçadas a prostituírem-se

Calcula-se em cerca de 50 000 o número de mulheres e jovens do sexo feminino, iraquianas, que fugindo do

caos do seu país e acreditando estar enfim em segurança na Síria, estão a ser constringidas a

prostituírem-se. A guerra do Iraque teve por consequência que o negócio do sexo na Síria esteja em pleno desenvolvimento. Os clientes vêm de todos os países vizinhos e a maioria da Arábia Saudita.

Tendo fugido do seu país, estas mulheres cujos maridos ou pais foram muitas vezes mortos durante a guerra, encontram-se em situação irregular. Elas não podem, por isso, ter acesso ao mercado de trabalho e

vêm-se forçadas a prostituírem-se. Pior ainda, algumas foram simplesmente vendidas pelos seus próximos. A maioria só espera que a situação no Iraque melhore para poderem voltar para casa.

In: The Independent of Sunday, reproduzido por Les Pénélopes
http://www.penelopes.org/xarticle.php?id_article=6724

Violação: um perigo sempre presente para as mulheres do Darfur, Sudão

Pelo menos 2,3 milhões de pessoas foram deslocadas pelo conflito no Darfur. A maioria está agora a viver em mais de 65 campos à volta de Darfur.

Centenas de milhares de pessoas foram forçadas a sair das suas casas aquando dos ataques de 2003-2004, que foram acompanhados não só por matanças, como também pela violação de mulheres numa escala sem precedentes. As milícias Janjawid usam a violação como uma arma para humilhar e punir as comunidades que eles atacam. Muitas vezes raptam algumas mulheres durante os ataques e levam-nas para os acampamentos das milícias, onde elas ficam durante meses a viver como escravas sexuais.

Nos campos de refugiados há mais mulheres que homens e a ameaça de violação mantém-se para as que se atrevem a sair dos campos, que estão localizados em zonas desérticas com rara vegetação. As violações são cometidas contra as mulheres que deixam os campos para irem ao mercado ou para apanhar lenha. Os agressores são da milícia Janjawid, soldados do governo, grupos armados de oposição e até outros deslocados.

Uma jovem mulher deslocada durante o conflito, contou ter sido violada por um grupo de homens do exército sudanês, enquanto apanhava lenha. Quando o seu irmão a levou para denunciar o crime à polícia local, o oficial de polícia recusou-se a reportar o caso e deteve o seu irmão quando este questionou o procedimento. (...)

Muitas mulheres violadas do Darfur nunca denunciaram o que lhes aconteceu porque é tão raro que o agressor seja levado à justiça, que não faz sentido estragar a sua reputação e as expectativas de casamento.

A polícia raramente investiga os casos de violação que lhe são reportados, e quando os alegados violadores são do exército sudanês, a justiça parece ser impossível. Por vezes é a pessoa que faz a queixa que é detida.

14/02/2008, Amnesty International - <http://www.amnesty.org/en/appeals-for-action/rape-ever-present-danger-darfurs-women>

A sociedade marroquina não protege as vítimas de violação

As vítimas de violação no Marrocos continuam a enfrentar acusações e rejeição pelo seu infortúnio.

A violação continua a ser um tema tabu na sociedade marroquina, apesar da crescente cobertura pelos *media*, em anos recentes. Em vez de receberem apoio moral e encorajamento das suas famílias, as vítimas de violação são muitas vezes rejeitadas. Os pais vêm a violação de uma filha como uma desonra que deve ser escondida a qualquer preço.

Samira narra a estória da sua tia Malika, de 16 anos, que desapareceu cinco anos atrás. Malika, que fora violada por um estranho, não contou o que acontecera por medo de uma reacção furiosa dos pais. Com efeito, ela tinha razão em ter medo, porque quando a sua mãe soube do sucedido, muitas semanas depois, bateu-lhe severamente e correu-a para fora de casa.

“Passaram-se cinco anos e nós estamos à procura dela. A minha avó lamenta o que fez, mas eu penso que é muito tarde. O que é feito da minha tia? É a pergunta que atormenta a família inteira”, diz Samira.

O caso de Malika não é o único. Muitas vítimas de violação como ela sofrem em silêncio e não podem partilhar a sua infelicidade porque sabem perfeitamente a sorte que a sociedade marroquina lhes reserva. (...)

É desconhecido o número exacto de mulheres violadas no Marrocos, pela simples razão de que poucas delas contaram a alguém o que lhes sucedeu. (...) Para ajudar as mulheres vítimas de violação, mais e mais associações de mulheres em Marrocos oferecem suporte, especialmente serviços de apoio legal e psicológico. (...)

Contudo, Safi, da associação “Women and Development”, diz que mesmo quando uma mulher ousa acusar um homem de violação, juízes e oficiais de polícia olham para a denúncia com cepticismo. “A sociedade marroquina responsabiliza as mulheres violadas pelo que lhes sucedeu, em parte ou totalmente”, afirma ela.

Safi fala a partir de uma experiência pessoal. Quando ela foi à estação local de polícia denunciar o ataque que sofreu, os oficiais de polícia colocaram-lhe inúmeras questões, muitas delas provocativas: “Eu senti-me como se fosse eu a culpada. Eles queriam ter a certeza

de que estava a dizer a verdade, mas o meu estado, tanto físico como psicológico, falava por si. Eu, que precisava de apoio, encontrei um muro de gelo”, relembra ela. A sua vida nunca mais foi o que era. O homem que a violou foi sentenciado a cinco anos de prisão.

No Código Penal marroquino o crime de violação é punido por uma pena de 5 a 10 anos de prisão. Se é cometido contra uma menor de 15 anos, a sentença passa para 10 a 20 anos. Se a parte culpada for um membro da família, guardião ou empregado da mulher violada, ou se é um oficial do governo ou um líder religioso, o crime é consideravelmente agravado e o encarceramento é de 10 a 20 anos no primeiro caso e de 20 a 30 no segundo. Mas, de acordo com muitas mulheres, o problema não reside na lei, mas antes nas atitudes que devem mudar.

Para o sociólogo Jamil Gougani, os marroquinos, tal como todos os árabes, ainda têm visões antigas sobre as mulheres e a sexualidade, apesar da maneira como a sociedade tem sido modernizada: “É uma questão de educação e de cultura. Certamente que a diferença de níveis de educação entre raparigas e rapazes é hoje menos óbvio, mas ainda existe. As mulheres representam a honra e devem ser preservadas. As mulheres violadas são atacadas porque são vistas como uma desonra para a família”. (...)

Sarah Touahri, 08/02/08, Magharebia (<http://www.magharebia.com>)

Norte de Africa: Marrocos procura criminalizar a violência contra as mulheres

Oficiais marroquinos anunciaram que estão a trabalhar no desenvolvimento de um plano ou projecto de lei contra os agressores no âmbito da violência doméstica. Os Ministérios de Desenvolvimento Social, Educação e Assuntos Islâmicos, serão também parceiros na

campanha planeada de protecção da cultura e da igualdade de género.

In: <http://tinyurl.com> (data? Autor?)





Atenção!

www.wlsa.org.mz

A WLSA Moçambique decidiu colocar as suas publicações (em pdf) à disposição dos leitores a partir do site da organização (www.wlsa.org.mz). Já há dois títulos disponíveis:

1 – **“Reconstruindo vidas. Estratégias de mulheres sobreviventes de violência doméstica.”** - Livro publicado em 2006.

2 – **“A Ilusão da transparência na administração da justiça”** - Publicado em 2000, reeditado em 2008.

Visite o nosso site e veja as outras publicações.

Outras Vozes

Registado sob o nº 008/GABINFO-DE/2003

Propriedade: WLSA Moçambique

Presidente da Assembleia Geral:
Fernando dos Reis Ganhão

Presidente do Conselho Directivo:
Eulália Temba

Direcção e Redacção:

Rua Padre António Vieira, nº 68, Maputo

Impressora: CIEDIMA- Rua Consiglieri
Pedroso, 366, Maputo

Editora:

Maria José Arthur

Revisora linguística:

Bertina Oliveira

Contribuíram para esta edição:

Misete Cossa

Valuarda Monjane

Yolanda Sithoe

As fotos reproduzidas nesta edição são da autoria da WLSA Moçambique

Boletim Trimestral

Distribuição Gratuita

2.000 ex.

Maputo, 2007

Tel./Fax: 21 415811

wlsamoz@tropical.co.mz

boletimwlsa@tropical.co.mz

Website: www.wlsa.org.mz

A A WLSA Moçambique é financiada pela Embaixada dos Países Baixos, OXFAM, HIVOS, PNUD, Fundação Ford e MASC